

ESTADO E DESENVOLVIMENTO HIDRICOCÊNTRICO: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS POR ÁGUA NO CEARÁ

Anderson Camargo Rodrigues Brito¹

Resumo expandido

O Estado do Ceará encontra-se quase que totalmente inserido na região semiárida do Nordeste brasileiro. Esse domínio de natureza apresenta originalidades explicadas por Ab'Saber (2010) como um conjunto de atributos climáticos, hidrológicos e ecológicos caracterizados por chuvas escassas concentradas no tempo e no espaço. Desde o século XX, de maneira mais sistemática o Estado brasileiro vem desenvolvendo estratégias políticas e territoriais de enfrentamento às secas. Obras de infraestrutura que adotam como discurso a disponibilidade de água para as populações ditas difusas, mas que em diferentes tempos e de distintas maneiras reforçaram a concentração de terra e poder que caracterizam a questão agrária no Brasil.

As ações do Estado no âmbito de dotar o território com capacidade hídrica significam produção capitalista do espaço. Na medida em que obedecem a interesses que articulam agentes e sujeitos sociais em diferentes escalas. Desde organismos internacionais que financiam e regulamentam projetos de desenvolvimentos, empresas nacionais e internacionais interessadas em construir ou utilizar esses fixos. A construção dessas obras hídricas obedece a lógica intrínseca do capitalismo, marcada pelo conflito entre capital e trabalho, que gera por um lado exploração da sociedade e da natureza e produção de lucro concentrado. Assim essas ações do Estado que usam como alibi o discurso da suficiência hídrica para a população complexificam a questão agrária, uma vez que são construídas sobre a égide de uma formação territorial que tem na sua centralidade a concentração de terra como instrumento privilegiado de apropriação de dinheiro e poder.

Nesse sentido o presente artigo objetiva entender os conflitos territoriais pela água no Ceará, mais especificamente entre 2011 e 2015, partindo do pressuposto que esses integram o processo de desenvolvimento do capitalismo no referido Estado e compõem a complexa e cada vez mais acentuada questão agrária no Brasil. Mais especificamente o artigo intenciona construir um recorte analítico para avaliar os conflitos territoriais envolvendo água no Ceará, entender as imbricadas relações entre questão agrária e restrição de acesso a esse bem natural, bem como compreender os conflitos territoriais gerados pela opção do Estado em consolidar um complexo eixo de desenvolvimento hidricamente integrado (BRITO, 2016) que envolve captação, armazenamento e transposição de água sobretudo após o ano de 1986.

Concordamos com SAMPAIO (2007), quando nos alude que as ações do Estado ao longo do século XX têm consolidado um novo arranjo territorial, econômico, cultural e ecológico, fato

¹ Doutorando em Geografia pelo PPGeo/UFPE, integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC/UFPE e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA/URCA. E-mail: anderson.camargo@hotmail.com

que para ELIAS (2002) tem fortalecido as condições socioeconômicas para expansão do capitalismo no estado, em um processo que a autora chama de reestruturação produtiva da agricultura cearense, caracterizado por um processo de desintegração competitiva ELIAS (2002), que provoca fragmentação do espaço agrário.

No nosso entendimento desde a década de 1950, de maneira mais sistemática, o Estado tem atuado no sentido de conferir certezas ao processo de expansão do capital, fato que coloca em sua centralidade a adoção de uma postura intervencionista quanto a construção de equipamentos hídricos que têm modificado a imagem do Estado no que concerne aos aspectos de potencial hidrológico e capacidade locacional de receber investimentos financeiros em distintos setores da economia capitalista contemporânea, com maior incidência os identificados com a produção de commodities, que por um lado assegura rentabilidades vultuosas e concentradas a agentes locais, que por vezes integram os governos e planejam os projetos de desenvolvimento, mas sobretudo a agências financeiras e multinacionais ligadas a exportação de frutas tropicais. Por outro lado, essa opção de desenvolvimento aprofunda a dependência econômica e tecnológica do Estado, e, por conseguinte do Brasil, uma vez que se torna especialista em exportações que agregam pouco valor financeiro, perfil econômico imposto aos países latino-americanos, com sensíveis alterações desde o período colonial.

Instituições como o BNB e DNOCS tiveram atuações decisivas no processo de constituição desses acontecimentos. Uma vez instalados após a década de 1950 o primeiro agiu como financiador de projetos de desenvolvimento ligados à industrialização, e, sobretudo, na formação de uma geração de políticos e empresários com perfil tecnicista atento às transformações do capitalismo naquele momento, esses sujeitos sociais estavam aptos a ocuparem cargos políticos e em empresas de destaque no Ceará e em outros Estados do País, integrando décadas depois os “governos das mudanças”. O DNOCS agiu na implementação de perímetros irrigados pelo Estado e na construção de importantes açudes e estradas que interligam o Estado. Tendo sido até a década de 1960, segundo (LINS, 2010), a maior construtora de obras da América Latina.

A partir de 1986, com a ascensão ao poder de um grupo político-empresarial autodenominado “governos das mudanças” esse projeto de desenvolvimento então difuso e sobre as orientações da política nacional de industrialização por substituição de importação, que ruiu com a crise dos anos 1980, incorpora requintes técnicos e normativos que seguiam as cartilhas dos governos neoliberais que dominaram o cenário político nacional e latino-americano nos anos de 1990. Impondo a esses países a condição de especialistas em exportação de commodities, com vistas a gerar saldos positivos na balança comercial, objetivando quitar dívidas com grandes agentes financiadores internacionais.

Com mais competência esse grupo político que até hoje se reveza no poder (mesmo tendo rompido internamente em 2010) tem estruturado um eixo de desenvolvimento hidrocêntrico que envolve regiões do Estado como fornecedoras de água, tais como a região do Cariri; regiões que armazenam água em grandes açudes como Banabuiú e Médio Jaguaribe, bem como regiões

onde ocorrem, por excelência, usos extrativos/destrutivos de águas e terras, a saber, Baixo Jaguaribe, sobretudo com exportação de frutas tropicais; Litoral leste com turismo extrativo; Região Metropolitana de Fortaleza e Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP.

A consecução dessa realidade legou ao Estado a maior capacidade técnica e normativa de armazenamento e transposição de água no Nordeste, tendo inspirado políticas Nacionais de Gestão de Águas, como a Lei de Recursos Hídricos regulamentada em 1993 e a criação da Agência Nacional de Águas em 2000. Envolvendo a construção e gestão de 153 açudes, 08 transposições hídricas e uma capacidade de armazenamento de 18 bilhões de m³ de água.

No nosso entendimento a construção e utilização de obras hídricas no Ceará cumprem centralidade no processo de ampliação dos conflitos por água no Estado. Porque provocam drásticas transformações onde são construídas, requerendo por vezes a retirada de comunidades ou cidades inteiras, bem como os usos provocam contaminação e desperdício das águas no agronegócio, com agrotóxico, na carcinicultura com insumos químicos; nas imediações do CIPP com contaminação do ar, solo e água pela termelétrica que recebe água desse complexo sistema hidrocêntrico. E, sobretudo, as grandes obras hídricas geram conflitos territoriais na restrição de acesso, uma vez que seus cursos são protegidos por área de contenção e vigiado diuturnamente por câmeras de longo alcance.

As obras hídricas nos ajudam entender os conflitos territoriais por água no Ceará porque se enredam sobreposições de conflitos territoriais, uma vez que ao realizar esses investimentos o Estado age no sentido incrementar novos/velhos instrumentos de poder em uma região marcada por uma estrutura fundiária concentrada e elevados índices de violência no campo. Assim os conflitos territoriais existem, por conta da acentuada questão agrária no Estado e no interior desses passam a atuar defendendo seus interesses agentes de distintas escalas da sociedade contemporânea, ampliando a capacidade de espoliação do capital para com comunidades camponesas e tradicionais.

Procuramos nesse artigo dialogar com os dados e interpretações produzidas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT lançados anualmente no Caderno de Conflitos, bem como com nossa participação em atividades acadêmicas e políticas no Estado ao longo dos últimos quatro anos. A referida entidade tem registrados os conflitos por água seguindo nas seguintes categorias: conflitos por apropriação particular, que envolve restrição de acesso; conflitos em barragens e açudes, categoria que envolve obras hídricas em geral, e, conflitos por uso e preservação. Excepcionalmente, quando ocorrem registro, o caderno inclui conflitos em tempo de secas.

Do ponto de vista metodológico outro aspecto que consideramos importante para realizar o recorte analítico para o presente artigo é o fato de o Ceará enfrentar a maior seca em cem anos, iniciada em 2011. Nesse período o modelo de gerenciamento excludente e destrutivo foi mantido e ampliado, uma vez que foram priorizados os investimentos financeiros que compõem o eixo de desenvolvimento hidrocêntrico que apresentamos anteriormente. Fato que tem agravado a ocorrência de conflitos territoriais.

Assim o presente artigo científico analisa o esforço institucional do Estado para estruturar um eixo de desenvolvimento hidricocêntrico, que de maneira intrínseca gera conflitos territoriais. Bem como entendemos que esse modelo foi colocado a prova com o presente contexto de seca, onde as orientações da complexa logística hídrica foram aprimoradas, garantindo a permanência dos sistemas extrativos de produção tipicamente capitalistas, mas os conflitos pelo acesso a água no campo se agudizaram.

Palavras-chave: Água, Conflitos Territoriais, Ceará.

Referências Bibliográficas

- AB'SABER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo, Ateliê, 2010.
- BRITO, Anderson Camargo R. **Águas para que(m): Grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Curitiba: CRV, 2016.
- CPT. **Cadernos de Conflitos do Campo**. Expressão Popular. Edições de 2011 a 2016.
- DINIZ, Aldiva S. **A construção de perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão**. In: ELIAS, D. & SAMPAIO, J. L. F. (Org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- ELIAS, Denise (Org). **O novo espaço da produção globalizada**. O Baixo Jaguaribe – CE. Fortaleza: FUNECE, 2002.
- _____. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, D. & SAMPAIO, J. L. F. (Org.). **Paradigmas da agricultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo a terra**. 2ª edição. São Paulo: LECH, 1981.
- SAMPAIO, José Levi F. As águas, a seca e o Estado. SILVA, José B. & [et. al.] (org). **Ceará: Um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.